

FALANDO FRANCAMENTE

Jacques Marcovitch

A crise econômica e seu impacto no sistema público de ensino superior e pesquisa devem ser tratados com realismo e sem dogmas. A primeira atitude a ser tomada pelas instituições e pessoas atingidas é traçar uma estratégia de luta mais eficiente e mais original. Uma estratégia que vá além, muito além, do clássico desabafo escrito, geralmente em forma de artigo indignado, inserido nas páginas de opinião dos grandes jornais brasileiros. Reitores e cientistas, assinando tais artigos, recebem cumprimentos da comunidade que representam e julgam bem cumprida sua missão. No ano seguinte a novela se repete com os lances de sempre. Temos que mudar este *script*.

Quem acumulou alguma experiência em administração acadêmica ou representação civil (Adusp, SBPC etc.) conhece a partitura. Há dois movimentos invariáveis nesta sinfonia: as medidas restritivas adotadas de tempos em tempos pelo governo e os correspondentes artigos de protesto. Estes, em geral, seguem um roteiro único, há vários anos. Incluem estatísticas sobre a excelência da nossa produção acadêmica ou indicadores comparativos entre o quase nada que o governo brasileiro faz pela pesquisa científica e o que fazem os governos do Primeiro Mundo. O autor destas linhas, tendo adotado muitas vezes tal procedimento, julga de seu dever aqui considerá-lo repetitivo e incompleto. E, para não cingir-se ao mero exercício autocrítico, expor com toda transparência alguns pontos de vista em torno do assunto. Podem não ser os melhores, mas fogem deliberadamente ao antigo figurino.

Como decorrência da revolução do conhecimento humano, vem se procedendo, em todo o mundo,

ampla reestruturação dos sistemas de ciência, tecnologia e educação. Na Europa, os investimentos passaram a ser feitos por meio de sistemas distintos, um priorizando objetivos estratégicos nacionais e outro contemplando interesses regionais/comunitários. Nos Estados Unidos, de acordo com o *World Science Report 1998*, editado pela Unesco, vêm decrescendo os investimentos em pesquisas relacionadas com a defesa, os programas espaciais e os de energia, enquanto se observa um notável incremento nos fundos destinados às ciências da saúde. Aqui no Brasil, embora muitos ainda julguem isso uma heresia, impõe-se também a revisão das prioridades nesta área. Uma revisão que leve em conta não apenas as demandas da comunidade científica, mas também as demandas gerais da sociedade.

Algumas inovações vêm sendo experimentadas. A Universidade de São Paulo tomou a iniciativa, em 1998, de propor às maiores universidades brasileiras de pesquisa que constituíssem um espécie de fórum permanente, com o objetivo de trocar experiências sobre os seus desafios cotidianos e, principalmente, fixar uma estratégia comum para o enfrentamento das crises conjunturais. Já foram realizados dois encontros extremamente produtivos, um em nosso campus de Piracicaba e outro no campus da UFMG, em Belo Horizonte. Na última reunião, a redução de verbas anunciada pelo MEC e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia foi amplamente debatida. Propusemos, na ocasião, em nome da Universidade de São Paulo, a formação de um *Observatório* com a finalidade específica de realizar uma ponderada análise do problema em todas as suas dimensões. Este Observatório informal, sem prejuízo do emblemático

protesto escrito, já se pôs em movimento. Na condição de interlocutor crítico do governo federal e de todas as partes envolvidas com o problema, solicitou uma audiência ao Presidente da República e não pretende ser indulgente com as medidas que venham a afetar o desenvolvimento da pesquisa científica.

Na concepção desta iniciativa, tivemos, antes de tudo, plena consciência do poder moral de pressão das nossas Universidades. Entenda-se como poder moral o seu desempenho exemplar no ensino, a sua produção científica, os seus benefícios diretos à comunidade, o seu adequado gerenciamento. Estes fatores nos autorizam a exigir melhor tratamento. Um tratamento que não pode ser entendido como privilegiado. A ampliação das nossas verbas de pesquisa, e não o seu corte, será um ato de justiça. Será um investimento no amanhã. Se não houver agora uma prioridade aos nossos programas de ciência & tecnologia, se o Brasil não preocupar-se com o futuro, simplesmente não haverá futuro.

As Universidades envolvidas na estratégia aqui descrita representam 80% da produção científica em nosso país. Não acreditamos que o poder político, em Brasília, atribua menor legitimidade aos seus esforços do que aos esforços da bancada ruralista no Congresso Nacional, para usar apenas um exemplo.

Para não dissiparmos forças, é importante que tenhamos, administradores acadêmicos, pesquisadores e alunos, um discurso convergente em torno do tema. O que se observou, em crises anteriores, foi uma atomização de rebeldias, cada qual entrincheirada no seu modo próprio de reagir. Neste cenário, coube aos administradores a pecha de *cúmplices* dos cortes de verbas — apesar da retórica inflamada dos seus costumeiros artigos de protesto —, o que os levou, em represália, a desprezar aliados importantes, por julgá-los movidos apenas por suas notórias convicções oposicionistas. Ao governo coube também uma parte nessa distribuição de equívocos. Foi injustamente acusado de cortar as verbas por fidelidade ao *neoliberalismo* e não pelo verdadeiro motivo, a ausência de racionalidade.

Já que falamos em racionalidade, lembremos que um requisito para o seu exercício é o bom senso. Manda o bom senso que desanuviemos o ambiente

em relação às bolsas de pós-graduação na USP. O nosso Pró-Reitor de Pós-Graduação, professor Hector Terenzi, manteve contato com a CAPES e com o CNPq a respeito das bolsas para 1999, recolhendo informações menos sombrias. A expectativa prevê, na pior das hipóteses, uma disponibilidade para essas bolsas igual à deste ano. Não se descarta que esta disponibilidade venha a ser ainda maior. O problema diagnosticado está no campo dos auxílios e nos investimentos em infra-estrutura.

As boas universidades públicas, aquelas que fizeram ou fazem jus à autonomia acadêmica e financeira, devem unir internamente as suas forças para atuar em apoio à pesquisa científica e à universidade pública. A propósito, cabe registrar que o Instituto de Estudos Avançados, por solicitação da Reitoria, vem elaborando um dossiê com este enfoque. Dos estudos até agora realizados, produziu-se um documento-síntese, a ser distribuído aos formadores de opinião. A assinatura voluntária da Adusp e do DCE neste documento seria bem-vinda. Tendo tantas discordâncias — e com todo o direito a tê-las — podemos, também neste caso, atuar conjuntamente.

Como a pauta da *Revista da Adusp* é abrangente e foi solicitado ao Reitor que abordasse os reflexos da crise econômica na USP, passemos a este ponto. Chegamos ao final de um ano curto, em que o calendário foi dominado por grandes eventos mobilizadores como a Copa do Mundo, entre maio e julho, e as eleições gerais, de agosto a novembro. O exercício de 1999, pelo contrário, será um ano longo, que exigirá muito de todos nós. Neste quadro, a gestão de recursos escassos é a equação mais complexa. Torna-se necessário e mesmo imperioso que a nossa Universidade seja empreendedora, capaz de responder a este e a demais desafios.

A tarefa não é apenas da administração central da USP, mas de todos os protagonistas do nosso cotidiano, sejam funcionários, alunos ou professores. Veremos algumas turbulências com o ajuste anunciado para o setor público e a economia brasileira, em decorrência da crise globalizada. Mas, diante dos acontecimentos conjunturais, devemos assumir uma atitude proativa e inovadora, que tenha sempre em conta as potencialidades acumuladas.

Prevedo este cenário desde o início deste ano, a Reitoria vem concentrando esforços para poupar, numa escala significativa, os recursos orçamentários. Foram desenvolvidos entendimentos com o Governo do Estado, visando ao equacionamento do pagamento das despesas com os proventos de nossos servidores aposentados, bem como dos serviços de assistência médico-hospitalar à comunidade universitária. Vale registrar aqui um breve retrospecto sobre o assunto e seus desdobramento na atual gestão.

Desde 1967, o IPESP não mais arca com os encargos das aposentadorias dos servidores públicos estaduais e, desde 1989, com a autonomia universitária, a USP é responsável pelo pagamento dos proventos de seus servidores aposentados, à conta de seus recursos orçamentários. Em face a essa situação, comunicamos à Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público, à qual está subordinado o IPESP, a suspensão do recolhimento mensal da contribuição previdenciária a este

Instituto, como fonte pagadora, permanecendo inalterados os recolhimentos relativos às contribuições dos nossos servidores. Os recursos decorrentes desta decisão estão constituindo um Fundo de Reserva, destinado à sua finalidade própria, ou seja, o pagamento de proventos de aposentadoria, enquanto se aguarda o encontro de contas entre a USP e o IPESP.

Com relação à assistência médico-hospitalar aos servidores e seus dependentes, a USP comunicou à Secretaria da Saúde e ao IAMSPE que, como vem suportando financeiramente essas despesas, estava suspendendo o recolhimento ao IAMSPE da parcela de 2% dos salários dos seus servidores em regime estatutário, até que se proceda a um encontro de contas. Esse recolhimento vinha sendo feito mesmo que os servidores não utilizassem os serviços do IAMSPE e fossem atendidos pelo Sistema de Saúde da USP. Os recursos resultantes desta decisão estão consti-

tuindo um Fundo de Reserva, cuja destinação observará rigorosamente sua finalidade própria, ou seja, o pagamento de despesas de assistência médico-hospitalar aos servidores estatutários da Universidade.

O ajuste previsto em escala nacional afetará todos os segmentos da sociedade, e a USP, como parte dela, também enfrentará desafios. Espera-se um quadro inevitavelmente recessivo, que ameaçará a receita do ICMS — fonte quase única dos nossos recursos. Outro forte impacto em nossas contas será o pagamento de pendências trabalhistas, decorrentes de sentenças

finais, que giram em torno de 90 milhões de reais. Tais precatórios vêm se acumulando ao longo de mais de uma década e cabe a esta gestão buscar formas de atenuar os seus efeitos e tomar medidas acauteladoras com relação ao futuro. Caberá à Universidade honrar sua responsabilidade perante o Judiciário, sem, no entanto, paralisar suas atividades e desapontar as esperanças das gerações vindouras. Dos colegiados e de toda a co-

munidade interna, o Reitor espera a melhor inspiração para enfrentar os desafios em pauta. Mesmo falando com a mais plena transparência e objetividade a respeito dos obstáculos existentes, deixo aqui uma mensagem tranquilizadora. Além das medidas já mencionadas, esta gestão acompanha atentamente a evolução da conjuntura. Quanto mais preocupantes forem os fatos, maior será a nossa serenidade para enfrentar e vencer as suas conseqüências.

Foram aqui alinhadas, com toda franqueza, sem meias palavras, no tom adequado ao diálogo entre colegas, algumas reflexões sobre a crise econômica e seus desdobramentos em nossa instituição. Dos leitores deste artigo, esperamos a luz de sua crítica e o estímulo de seu apoio às ações propostas.

Jacques Marcovitch, Reitor da Universidade de São Paulo (USP), é autor do livro A Universidade (Im)possível (Editora Futura/Siciliano). e-mail: jmarcovi@usp.br

O ajuste previsto em escala nacional afetará todos os segmentos da sociedade e a USP, como parte dela, também enfrentará desafios. Espera-se um quadro inevitavelmente recessivo, que ameaçará a receita do ICMS — fonte quase única dos nossos recursos.